



G

TRUNFOS DE UMA
EOGRAFIA ACTIVA

DESENVOLVIMENTO LOCAL,
AMBIENTE,
ORDENAMENTO
E TECNOLOGIA

Norberto Santos
Lúcio Cunha

COORDENAÇÃO

O RURAL EM MUDANÇA – BREVE NOTA SOBRE OS PROCESSOS DE URBANIZAÇÃO

INTRODUÇÃO¹

O processo de urbanização implica mudanças na identidade e fisionomia dos territórios, na estruturação da vida colectiva e individual, na planificação e gestão dos espaços e na respectiva governabilidade.

Importa desde já lembrar que apesar de tantas vezes identificado com crescimento das cidades e decorrente concentração das populações em territórios urbanos, a urbanização é fenómeno mais amplo e complexo, relacionado com mudanças socioeconómicas e culturais das populações, de que se destacam as alterações dos comportamentos, hábitos e modos de vida, individuais e colectivos, a que acresce a evolução geral das formas de actividade e a valorização dos tempos livres. Já na década de setenta do século passado se sublinhava o facto da urbanização, para além de remeter para a concentração do povoamento, dever ser entendida como “a difusão de um sistema de atitudes e de condutas próprias da sociedade urbana” (RAMBAUD, 1974:11). Assim, analisar a territorialidade das *regiões urbanas* ultrapassa largamente questões quantitativas, sejam elas da população, do alojamento, do uso do solo ou das infra-estruturas, centrando-se preferencialmente nas múltiplas perspectivas de análise do percurso mutacional dos campos, desvendando o caminho da ruralidade para a urbanidade.

São dinâmicas que diferem de país para país e, dentro destes, de região para região e até entre cidades, sendo difícil estabelecer padrões gerais da actuação dos diversos agentes sobre os territórios; há, contudo, que ter em consideração que é indispensável reflectir sobre os mecanismos gerais da mutação dos espaços sob influência urbana, de modo a encontrar os que mais se adequam à realidade que pretendemos estudar. É isso que nos propomos fazer nesta comunicação.

1. O URBANO *VERSUS* RURAL... OU O PESO DOS ESPAÇOS INTERMÉDIOS

Na avaliação do rural em Portugal há que considerar a dupla componente espacial e populacional; se a primeira mantém alguma relevância quantitativa, já a segunda remete para uma realidade de vazio e depauperação. Se não vejamos: - o rural de baixa densidade

¹ O sentido e o texto desta comunicação inserem-se num trabalho mais vasto que elaborámos, tendente à nossa dissertação de Doutoramento e sob o título *Campos de Coimbra – do rural ao urbano*.

(densidade média igual ou inferior a 13 habitantes por quilómetro quadrado) corresponde a seis décimos da superfície de Portugal Continental ou seja, 60% do território, envolvendo 96 concelhos, mas detém apenas 7% da população (BAPTISTA, 2006). As fortes correntes migratórias do campo para a cidade, de várias décadas, anos de 1960, 1970 e 1980, acentuaram a assimétrica distribuição da população no território nacional, contribuindo para o esvaziamento do interior do país. A estas mobilidades acresceu a relativa estabilização da população nacional nos últimos decénios, facto que se somou às consequências do êxodo para acentuar as perdas demográficas dos espaços rurais de baixa densidade.

Entretanto, nas cidades de média dimensão, assistimos ao que poderemos classificar como uma “fase terminal” (SOARES, 2001) do actual ciclo de esvaziamento dos campos. De facto, os índices de crescimento demográfico registados nas cidades médias, em geral à custa da extensão do perímetro urbano e/ou do abandono de pequenos aglomerados da sua área de influência, reflectem as mobilidades operadas dentro da *região urbana* e atestam a atracção exercida pelo centro urbano sobre áreas bem mais distantes. Tais deslocamentos de população contribuem para acentuar dinâmicas de urbanização nas coroas envolventes da cidade, enquanto em áreas mais afastadas ou de menores acessibilidades se assiste à definição de tendências de ruralização mais ou menos profunda.

Assim, à escala nacional, em 2001, cerca de 40% da população habitava em cidades enquanto os campos mais afastados da cidade, isto é, o rural profundo de baixa densidade, apenas detinham, como atrás referimos, cerca de 7% dos residentes em território nacional. A simples consideração aritmética destes valores basta para que nos apercebamos da importância dos espaços intermédios em transição ou, talvez melhor, dos espaços em recomposição, já que a eles estará afectada cerca de metade da população nacional.

A progressão demográfica do país indicia que Portugal passou, numa primeira etapa, por transformações territoriais que evoluíram no sentido da densificação dos núcleos urbanos, fenómeno que se acentuou em determinadas áreas do território. Embora essas dinâmicas prossigam, se bem que a menor ritmo, as mudanças estão agora focalizadas, por razões fundiárias mas também socio-económicas e profissionais, em territórios híbridos, os quais vêem a sua população aumentar e diversificar-se social e culturalmente. São espaços que tendem a adquirir urbanidade sem necessariamente perderem a identidade rural (CASTELLS, 2001) ou, porventura, virem a adquirir a plenitude urbana.

As actuais alterações demográficas já não correspondem exclusivamente a mudanças estruturais de uma sociedade rural para urbana, mas a ajustamentos, de uma sociedade “pré-urbanizada”, a novos padrões de vida e de habitat. Assim, o processo de urbanização em Portugal já não pode ser conotado com a concentração massiva nas cidades, típica do sentido inicial da urbanização no centro Europeu, mas assume cada vez mais a forma de dispersão *periurbana* e *rurbana*. Acresce que os efeitos de atracção da cidade foram dando origem a “subúrbios margem”, caracterizados por pacotes de habitação densificados, frequentemente sub-equipados e, às vezes, clandestinos, ou a “subúrbios jardim” de génese legal, com extensas áreas de loteamentos para moradias e com infra-estruturação inicial ou posterior (SOARES, 2001). O outro modo de urbanização é o que corresponde a áreas construídas mais ou menos dispersas no espaço rural, distribuindo-se ao longo de vias de comunicação ou em locais mais afastados mas com perspectivas, paisagísticas ou outras, optimizadas. De destacar um modelo de crescimento actualmente, e entre nós, em expansão: traduz-se no crescimento de agregados imobiliários, distribuídos em espaços excêntricos, ou em auréola à volta de centros urbanos secundários, que funcionam como satélites relativamente a cidades médias, é

o designado processo de *rurbanização*, (BAUER, e ROUX, 1976) que, no caso de Coimbra é já bem sensível à volta de núcleos periféricos como Lousã, Condeixa-a-Nova ou Miranda do Corvo (MATEUS, 2009).

Voltando à escala nacional, podemos afirmar, sem grande margem de erro, que grande parte da população portuguesa vive hoje entre a densificação dos *subúrbios* e a dispersão do *rurbano*, territorialidades que, partilham entre si a referência simbólica da cidade, embora com interpretações diversas e dando origem a desiguais estruturas económicas.

2. FORMAS DE URBANIZAÇÃO E NOVAS TERRITORIALIDADES

Ao longo do tempo temos assistido à redefinição dos limites da cidade e à progressiva transformação das áreas rurais que a envolvem. Se algumas mantêm o carácter rural que as individualiza outras adoptam novas formas, servidas por estruturas mais complexas, que as aproximam da cidade e viabilizam mesmo a sua integração no tecido urbano contínuo. Podemos pois afirmar que na periferia das cidades emergem processos com forma e natureza variada, operando-se transformações, ao nível da organização espacial, em grande parte dependentes da distância ao centro e do correspondente grau de influência da cidade, o que lhes imprime diferentes níveis de intensidade de alteração de uso e de ocupação do solo. Devido às suas especificidades, atribuem-se-lhes designações distintas: *suburbanização*, *periurbanização* e *rurbanização*. São fenómenos que têm em comum o facto de estarem associados ao crescimento urbano, mas divergem pelas dinâmicas que lhes estão subjacentes e pelos fenómenos de produção espacial desenvolvidos, os quais revelam graus diferenciados de distância e desigual posicionamento face à cidade centro (SILVA, 2007: 8), enquanto pressupõem uma relação de maior ou menor dependência da periferia relativamente ao centro e patenteiam diversos graus de distanciamento face às origens rurais. A estas novas formas de produção de espaço estão associadas designações adequadas às novas realidades espaciais, como – *suburbano*, *periurbano* e *rurbano*.

2.1. A suburbanização

Processo de mudança que ocorre na imediata envolvência rural além dos limites urbanos, está associada à expansão urbana e às mobilidades residenciais, funcionais e económicas daí decorrentes. Na génese do processo podemos considerar dois tipos de deslocações, uma que se relaciona com o afastamento do núcleo central de classes menos favorecidas, por razões referentes à desapropriação de espaços residenciais para outras funcionalidades².

A suburbanização pode também ter conexão com mobilidades intra-regionais conducentes, posteriormente, à opção por residência na imediata periferia urbana, com manutenção, ou não, de alguma prática agrícola. Na origem da suburbanização poderá estar a implantação periférica de unidades fabris, grandes armazéns ou outros estabelecimentos de cariz terciário. Quaisquer que sejam os actores e as razões subjacentes à criação do novo espaço residencial e/ou industrial, há circunstâncias que prevalecem, tais como: o menor custo imobiliário, a

² Como no caso da Alta de Coimbra, arrasada para a construção de novos edifícios universitários, com deslocação dos residentes para bairros periféricos como o das Sete Fontes, em Celas, construído entre 1945 e 1947.

mais baixa qualidade da habitação, inferioridade das infra-estruturas básicas e redução dos equipamentos, com repercussões na desorganização da paisagem e desequilíbrios funcionais. Estamos perante um espaço já com características urbanas, embora dependente e subalternizado que, contudo, pode vir a adquirir qualidade e urbanidade plena. O subúrbio traduz um modelo concentrado de expansão urbana, as dinâmicas que se desenvolvem nestes espaços são urbano centradas e de anexação do rural pelo urbano. Um rural que se descaracteriza, quase desaparece, embora fiquem alguns vestígios, presentes na morfologia de habitações mais antigas ou no traçado de velhos caminhos. O *suburbano* é o urbano de menor qualidade, o espaço das múltiplas convivências, da promiscuidade funcional, da progressiva densificação, da estratificação social, da segregação e dos conflitos. É um espaço sob forte pressão construtiva, de rápidas mudanças e sujeito a influências múltiplas.

2.2. A periurbanização

O alongamento das deslocações urbanas e os fenómenos das migrações pendulares quotidianas que a acompanham põem em evidência o crescimento das áreas rurais que a envolvem, através da formação de bolsas habitacionais ou de emprego próximas dos centros de maior acessibilidade. Assim, ao crescimento urbano contínuo e contíguo, feito mediante extensões concêntricas, como o que ocorre na suburbanização, sucede um processo de mudança espacialmente descontínuo, que passa pela integração no funcionamento quotidiano da cidade de elementos de natureza urbana dela cada vez mais afastados, que inclusivamente surgem em territórios mais marginais, localizados no espaço rural periférico (GRAÇA, 2006).

Se a extensão urbana, contínua e densificada, das cidades foi favorecida pelo desenvolvimento dos transportes colectivos, nomeadamente o ferroviário, gerando subúrbios mais ou menos extensos, já a actual expansão das áreas periurbanas está ligada ao uso do automóvel e ao aparecimento de transportes colectivos rápidos.

O espaço periurbano, caracterizado pela descontinuidade dos espaços construídos, forte dinamismo nos usos do solo, densidades médias de ocupação baixas e dependência funcional face à cidade (VIDAL ROJAS, 2002:201), é um espaço de fortes mobilidades pendulares diárias, com rápidos transportes e boas acessibilidades a sustentarem funções fundamentais e a assumirem relevância decisiva na definição dos territórios do quotidiano.

Estamos perante um modelo de extensão territorial cuja descontinuidade espacial nega a definição de cidade tradicional, a qual pressupõe contiguidade e articulação de espaços constituídos por tecidos sociais heterogéneos e funcionalmente diversificados. No periurbano os sinais do rural prevalecem, enquanto a afirmação da urbanidade se acentua. Encontramo-nos, então, perante uma nova fase do crescimento urbano em que a cidade ultrapassa o seu quadro espacial e embora enfraquecida enquanto entidade contínua e espacialmente coerente, readquire importância ao nível da urbanidade dos territórios.

O modelo de desenvolvimento territorial que se tem vindo a generalizar em Portugal, sobretudo à volta das cidades médias, remete para a heterogeneidade dos espaços, multiplicidade de paisagens, diversidade de usos do solo, descontinuidade de espaços construídos e polivalência de actividades.

2.3. A rurbanização

Os espaços produzidos pelas dinâmicas contemporâneas, no âmbito da dialéctica cidade/campo e nos países mais desenvolvidos da Europa, são espaços onde maioritariamente se desencadeiam fenómenos de rurbanização. Estes contribuem para “a construção de um novo tecido urbano, simultaneamente, extenso e descontínuo, espacial e funcionalmente, resultado da adição de uma multiplicidade de não-lugares” (AUGÉ,1994) e por elementos dispersos que, veiculados por movimentos centrífugos, de forma progressiva se interligam e integram no meio.

Também entre nós se têm vindo a desencadear, desde há cerca de uma década, de forma mais ou menos nítida e acelerada, fluxos de pessoas que têm contribuído para engrossar o contingente dos novos residentes alógenos. Acresce que as mudanças operadas no tecido empresarial também concorrem, por vezes de forma indirecta, para as transformações das periferias urbanas. Se algumas das novas unidades poderão converter-se em maus sucedâneos dos tradicionais estabelecimentos rurais – os quais há muito deixaram de assumir a hegemonia das relações de sociabilidade aldeã, substituídos agora por espaços incaracterísticos, pela falta de identidade, de diferença e de especificidade local – outros desempenham papel mais interventor nas dinâmicas mutacionais, como no caso da implantação de novas unidades industriais cujo contributo na rurbanização passa pela capacidade atractiva de mão-de-obra e é mensurável através dos fluxos que dinamiza, alguns de proveniência urbana. A rurbanização está, assim, directamente associada ao êxodo citadino de pessoas e, de forma indirecta, ao de empresas.

Aos traços que lhe conferem individualidade (mobilidades, crescimento demográfico, terciarização dos espaços, etc.) acresce a progressiva mudança das mentalidades, pela «invasão» dos espaços por ex-citadinos e introdução de novos hábitos e vivências. Se nos centrarmos nos que chegam, veremos que procuram no rural o que não encontraram na cidade: disponibilidade de terrenos para construção - ou moradias prontas a habitar, a preços mais acessíveis - oportunidade de concretizar alguns dos sonhos familiares no que respeita a espaços de lazer privados (campos de jogos, piscina e amplos jardins), qualidade ambiental, sobretudo sossego e tranquilidade, aliada à possibilidade de pôr em acção alguns modelos de economias energéticas (pequenas torres eólicas, painéis solares). É certo que se alguns destes anseios se concretizam outros volvem pesadelos, como quando a casa acaba por ser demasiado grande para famílias restritas, o sossego volve solidão e isolamento ou o custo da distância supera o benefício das “amenidades”. Tal condiciona um retorno ao urbano, trocando-se a procura de novos modelos residenciais - onde o descontínuo da edificação proporcionava a construção de espaços privados de lazer - pelo urbano tradicional dos edifícios residenciais múltiplos - mesmo com a ilusão da vizinhança e sem relações de entreajuda - mas onde a estruturação dos espaços, económicos e de convivialidade, viabilizam a proximidade a serviços de apoio diversos e proporcionam a usufruição de múltiplos espaços culturais (MATEUS, 2009).

Assim, o que parece ser um revés no processo de rurbanização não indicia inversão do percurso geral. De facto, as procuras residenciais rurais permanecem, embora desaceleradas pela crise que atravessamos, enquanto as paisagens continuam a evidenciar sinais de significativas mudanças de uso do solo e as sociedades se tornam crescentemente heterogéneas.

3. A URBANIZAÇÃO E AS METAMORFOSES DA CIDADE

654

A cidade clássica começou por ser considerada, morfológicamente, como um aglomerado de construções contínuas, de traçado regular, com fronteiras bem definidas e boas acessibilidades. Espaço densificado por pessoas e actividades, funcionalmente centro de decisões administrativas e espaço de localização das actividades terciárias mais raras, é pólo aglutinador de uma, mais ou menos,³ vasta região.

Valorizou-se a urbanização difusa (CLOUT, 1976; GAMA, 1992), surgindo também as referências à cidade *difusa* (BOERI e LANZANI, 1992). Ao urbano densificado começou a opor-se, sobretudo a partir dos últimos decénios do século vinte, a cidade *fragmentada*, muito próxima do modelo de *la ville éparpillée* (BAUER e ROUX, 1976) associado aos espaços “rurbanos”, assim definidos já no decénio de setenta do século passado. Na década de noventa a designação de cidade *emergente* (GENEVIEVE e CHALAS, 1997) começa também a ser crescentemente utilizada, sobretudo por especialistas da área da arquitectura. A tudo isto acresce a noção de *métapolis* (ASCHER, 1996), bem como a da urbanização holística da sociedade; enfim, podemos afirmar estarmos hoje perante uma realidade territorial eminentemente urbana cujas denominações e adjectivações deixam adivinhar complexidade, polimorfismo e, sobretudo, uma crescente multifuncionalidade dos territórios.

De facto, desde o final do milénio, o paradigma da densificação tem vindo a sofrer alguns ataques, sobretudo desencadeados pelos discursos da preservação, que se agudizam quando as atenções dos meios de comunicação social mais incidem sobre problemas ambientais, estreitamente relacionados com questões de crescimento económico e excessivas densidades de equipamentos, actividades e pessoas, nomeadamente em potências emergentes. Posta em causa a excessiva intensificação e concomitante aglomeração, começa a preconizar-se o retorno à extensificação (CAIROL, 2005; OECD, 2001), às baixas densidades, correlativa redução dos fluxos de pessoas e produtos, bem como ao decréscimo da circulação de veículos de transporte, nomeadamente à escala planetária. Sente-se, hoje, que esse percurso tem necessariamente de prosseguir, visualizando-se o retorno a modelos de preservação de meios, de contenção de custos e de racionalização do uso dos recursos. Premissas que, aliás, nos remetem para os valores identitários das sociedades rurais, mais especificamente *camponezas*, que bem evidenciam as vantagens dos sistemas de economia agrícola pré-productivistas (MATEUS, 1998).

Os argumentos supra, parecem opor-se ao tradicional modelo de crescimento da cidade associado ao aumento da população urbana, à multiplicação de actividades e à densificação construtiva, processo que, entre nós e envolvendo as cidades médias, generalizadamente vigorou quase até finais do século vinte, configurado na densificação dos espaços do casco urbano antigo, espacialmente limitado a um raio de escassos quilómetros, acompanhada pela extensão suburbana que, progressivamente, vai sendo anexada pela cidade. Contudo, pesem os argumentos apresentados (economia de meios, melhor infra-estruturação dos espaços) não poderemos aceitar esta posição que remete para a velha dicotomia rural/urbano.

³ A extensão da *região urbana* vai depender da importância, e correlativo poder de atracção e/ou de difusão, da cidade em questão. Quanto maior for a dimensão do centro urbano mais ampla será a sua área de influência e, concomitantemente, mais extenso o raio da região que domina (MATEUS, 2009).

No que se refere à periurbanização, extensiva à segunda coroa rural que envolve a cidade, apesar de ser um processo de mudança urbano-centrado, já remete para outro cenário – o da difusão urbana – e consequente extensão do espaço de mobilidade, com progressiva agregação de população, diversificação e crescimento de actividades. Tal implica, a médio prazo, redefinição dos limites físicos da cidade, isto é, integração na cidade de áreas antes rurais, parte de cinturas periurbanas, com estruturas complexas e diversificadas, com o sinal da diferença que as individualiza e lhes confere identidade. Contudo, essa integração nem sempre se opera, continuando os espaços periurbanos a manter-se marginais ao desenvolvimento territorial o que exige acompanhamento atento das instituições públicas, de modo a evitar conflitos funcionais e desequilíbrios paisagísticos, num espaço debaixo da mira de múltiplos agentes e sob a acção de dinâmicas aceleradas.

Quanto ao processo de rurbanização, embora condicionado pelo centro urbano principal, implica o desenvolvimento de núcleos urbanos secundários, mediante a renovação das redes viárias, melhoria das acessibilidades e encurtamento da distância/tempo, condições essenciais de optimização das mobilidades. Relacionado com mudanças nas estruturas sociais e nas mentalidades, envolve mecanismos mais lentos do que os que incidem sobre fenómenos tangíveis. Também preconiza a manutenção das identidades rurais e a prevalência da diferença morfológica e paisagística, face ao urbano. No que toca às mudanças sociais estas poderão ser induzidas, de forma directa ou indirecta, pelo centro urbano, mas não em exclusividade; há, de facto, um entrecruzar de influências, marcada pela intervenção de múltiplos agentes exógenos, onde os meios de informação, crescentemente globais, têm efeitos catalisadores. Na rurbanização estamos perante um processo de mudança, não necessariamente do rural para o urbano mas no próprio espaço rural, onde a criação de novas territorialidades não significa perda de identidade, antes exigindo aumento da urbanidade. No rurbanos temos uma paisagem campestre, dominada por espaços verdes, onde pontuam moradias cujos habitantes já não são os «campónios» de ontem mas os «rurbanos» de hoje, com mentalidade aberta, receptivos a inovações, com civilidade nos costumes e actualidade nos hábitos, embora pretendendo continuar a manter a qualidade proporcionada pela vivência aldeã.

Estamos, assim, perante um paradigma novo que não se identifica com a cidade nem tão pouco com o rural tradicional. É uma realidade híbrida, mais próxima do que é concebido como «metapolis», “cidade fragmentada” ou “cidade dispersa” do que da «urbanização», entendida como mudança territorial no sentido do urbano.

REMATE

As abordagens precedentes colocaram em destaque a consideração dos processos mutacionais dos campos próximos da cidade segundo um modelo centro-periferia, bem patentes nas relações de dependência dos espaços envolventes da cidade relativamente ao núcleo urbano central.

Na nossa análise reportámo-nos a vários processos de transformação das periferias urbanas. Referimos a *suburbanização*, processo de transformação que passa pela criação de espaços urbanos de «segunda categoria» susceptíveis, no entanto, de vir a alcançar níveis inerentes a espaços mais nobres da cidade. Na *periurbanização* – desencadeada na segunda coroa envolvente – estabelece-se uma relação com o centro, configurada numa certa

dependência administrativa, económica e cultural. Aí a dialéctica estabelecida concretiza-se em fortes mobilidades pendulares diárias de trabalhadores, relevantes fluxos de actividades, visíveis na difusão empresarial e na elevada frequência de comércio e serviços urbanos. Já no que toca à *rurbanização*, processo intimamente relacionado com a múltipla influência de pólos de desenvolvimento secundários, a evolução preconizada não tem o urbano como paradigma a atingir, daí não podermos aceitar sem reservas o modelo evolutivo urbano-centrado.

Estamos perante processos de mudança com características específicas, consoante os contextos onde se desenrolam e os agentes que os dinamizam; acresce que são também diversas as escalas a que devem, ou podem, ser equacionados, desde a escala global para a concentração urbana, até ao estudo das territorialidades inerentes aos lugares do quotidiano, para fenómenos de suburbanização e periurbanização. Em patamares intermédios situam-se os sistemas de difusão e dispersão, configurados na rurbanização, processo mutacional mais consentâneo com a realidade sociocultural actual e compatibilizado com os modelos de desenvolvimento integral e integrado dos territórios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ascher, François (1996), *Metapolis – Acerca do Futuro da Cidade*, Celta, Oeiras.
- Augé, Marc, (1994), *Não-Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Trad. Lúcia Mucznik, Bertrand Editora, Lisboa.
- Bauer, G., Roux, J.-M. (1976), *La rurbanisation ou la ville éparpillée*, Éditions du Seuil, Paris, 192 pp.
- Boeri, S. e Lanzani, A. (1992), Gli Orizzonti della città diffusa, Casabella – Revista Internazionale di Architettura, nº558, Mondadori, Milano.
- Cairol, D. e outros (2005), *Multifunctionality of agriculture and rural areas: from trade negotiation to contributing to sustainable development*, Cemagref, Paris.
- Castells, M., (2001), *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*, Vol. II, O poder da identidade, Ed. Paz e Terra, São Paulo, 530 pp.
- Chapuis, R. (1995), «L'espace periurbain: une problematique a travers le cas bourguignon». *L'information Géographique*, vol. 59. Armand Colin. Paris, pp. 113-125.
- Dézert, B., Metton A., Steinberg J., (1991), *La périurbanisation en France*, SEDES, Paris, 226 p.
- Donadieu, Pierre (1998), *Campagnes Urbaines*, École Nationale Supérieur du Paysage, Versailles.
- Gama, António (1992), Urbanização difusa e territorialidade local, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, N.º 34, p. 161-172, CES, Coimbra.
- Genevieve, D. e Chalas, Y. (1997), *La ville emergente*, éditions de L'Aube, Paris.
- Graça, M., (2006), *Espaços públicos e uso colectivo de espaços privados*, em linha: <http://www.ecultura.pt/Anexos/1%C2%ABEspa%C3%A7osPublicos&Privados%C2%BB%20.pdf>
- Mateus, Maria de Lurdes Roxo (2009), *Campos de Coimbra, do rural ao urbano*, tese de dissertação de Doutoramento, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Mateus, Maria de Lurdes Roxo (1998), “O Mundo Rural – Referências Camponesas num Espaço que se Urbaniza”, in *Cadernos de Geografia*, nº17 – Homenagem ao Doutor J. M. Pereira de Oliveira, Instituto de Estudos Geográficos, Coimbra.
- Rambaud, Placid (1974), *Société rurale et urbanisation*, Seuil, Paris, 2ª edição.
- Rojas, R.Vidal (2002), *Fragmentation de la ville et nouveaux modes de composition urbaine*, Collection Villes et Entreprises, L'Harmattan, France, 208 pp.
- Silva, Rossana Estanqueiro Leal da (2007), *Metodologia para identificação das margens urbanas Metropolitanas por abordagem multi-estratégica, Uma aplicação à área metropolitana de Lisboa*, Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Gestão do Território pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- Soares, Luís Bruno (2002), “Portugal 2001, A realidade incontornável da dispersão”, In *Sociedade e Território*, n.º 33, Fevereiro de 2002, pp.123-129.